

Daniel
Nogueira
Chignoli

DE
OBJETO

A

ESTATUTO JURÍDICO DOS
ESCRAVIZADOS NO IMPÉRIO
DO BRASIL

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro, 2027

SUJEITO

Sumário

1 Introdução	1
2 Estatuto Jurídico do Escravizado antes da Independência	3
2.1 Legislação colonial.....	3
2.2 Legislação joanina	19
2.3 O haitianismo e a revolução de 1817 em Pernambuco: sua importância para a concepção escravista brasileira	31
3 Estatuto Jurídico dos Escravizados no Império do Brasil.....	37
3.1 O primeiro reinado	37
3.1.1 A escravidão no início da década de 1820 e projetos para a abolição	37
3.1.2 As discussões sobre a escravidão na Assembleia Constituinte e na Carta de 1824.....	49
3.1.3 Os Tratados de 1826 e 1827: inserção internacional e escravidão.....	58
3.2 A Regência	70
3.2.1 Antecedentes da Lei 1831	70
3.2.2 Os debates parlamentares e a Lei de 5 de novembro de 1831	72
3.2.3 O regresso conservador contra a Lei de 1831	79
3.3 O segundo reinado até 1850	87
3.3.1 O gabinete liberal da maioria e o tráfico.....	87
3.3.2 O <i>bill Aberdeen</i> ou <i>Brazilian act</i> e o tráfico	88
3.3.3 A Lei Eusébio de Queirós	90

3.4 O segundo reinado: 1850 a 1870	93
3.4.1 A escravidão em diferentes províncias: Rio Grande do Sul após 1850.....	93
3.4.2 A permanência do escravismo após 1850: manumissão e escravidão	107
3.4.3 Intervenção pública na propriedade escravizada na década de 1860	114
3.5 O segundo reinado: 1870 a 1889	120
3.5.1 A Lei do Ventre Livre	120
3.5.2 Ações de liberdade e ações de escravidão	128
3.5.3 A Lei Áurea.....	147
4 Análise Crítica: o Estatuto Jurídico do Escravizado e a Dicotomia entre Objeto e Sujeito, entre Direito Público e Direito Privado	169
5 Conclusão	193
Referências.....	199